

## **CIDADE E PLANEJAMENTO: UMA ORDEM EM FRAGMENTOS**

**Tania Maria de Araújo Ferreira & Bárbara Soares Gamaliel**

Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH  
Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - CEP: 30455-610 BH/MG  
taniamaf@ig.com.br; barbaragamaliel@yahoo.com.br

Eviado em 8 de agosto, revisado em 2 de novembro, aceito em 22 de dezembro de 2008.

**RESUMO** – A cidade parece se apresentar, aos olhos de um observador, dividida em espaços diferenciados que se distinguem por fatores variados. Todavia, não existe uma única conformação desse quadro. A cada olhar um cenário se constrói fundamentado em experiências, intenções e crenças. Assim, não há uma fragmentação única, pois não há um olhar único e muito menos uma cidade única. Isso faz parte da herança da modernidade: a busca da verdade, o objeto fora do observador, a dicotomia objeto/sujeito. Calcado nesses princípios, o planejamento nasce e se estrutura, criando um campo ilusório de soluções, idealizando possibilidades distantes do objeto. Nessa trajetória, a fragmentação do espaço urbano é uma prática constante, representando uma forma facilitadora de compreensão do objeto. No entanto, o paradigma da modernidade tem se mostrado ineficaz para sustentar ações que transformem a vida do homem. Assim, a crise da modernidade convida à reflexão sobre a insistente posição do planejamento urbano em reforçar uma fragmentação do espaço urbano, tentando interromper a possibilidade do diálogo entre os espaços diferenciados.

**Palavras Chave** – planejamento urbano, espaço urbano, fragmentação.

**Abstract** – The city seems to appear in the eyes of an observer, divided into different areas that are distinguished by different factors. However, there is a single conformation of the framework. Each eye a scenario is built based on experience, intentions and beliefs. Thus, there is a single cluster, because there is no single look, much less a single city. This is part of the legacy of modernity: the pursuit of truth, the object outside observer, the dichotomy between object / subject. Based on these principles, the structure rises and planning, creating a field of solutions illusory, idealized possibilities of distant object. In this way, the fragmentation of urban space is a constant practice, representing a way of facilitating understanding of the object. However, the paradigm of modernity has been ineffective to support actions that transform the life of man. Thus, the crisis of modernity calls for urgent debate on the position of urban planning to enhance the fragmentation of urban space, trying to stop the possibility of dialogue between the different spaces.

**Keywords** – urban planning, urban space, fragmentation.

### **A CIDADE DIVIDIDA**

A cidade, nos moldes capitalistas, revela-se em retalhos, com padrões resultantes da natureza que se interage com o processo de formação de cada parte. Considerando que a organização de algo “são aquelas relações que precisam existir ou ocorrer para que esse algo exista” (Maturana, 1995, p.82), esse desenho é a estrutura necessária à sustentação do momento político, econômico e cultural, resultantes de movimentos de apropriação da terra que definem e determinam o uso do espaço.

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de

atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é na realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (Corrêa, 1999, p. 07).

Essa fragmentação é imposta, sobretudo, pelas forças do capital que levam a definição de áreas com formas de ocupação e uso distintas. O mesmo capital que separa, une por meio de fluxos que promovem a articulação das áreas diferenciadas. Corrêa (1989, p.08) acrescenta que o espaço urbano é “reflexo e condicionante social”, ou seja, uma sociedade com “complexa estrutura social em classes” e forte desigualdade não poderia apresentar um desenho muito diferente. Lefebvre apresenta o espaço capitalista como “homogêneo, quebrado e hierarquizado” (Oseki, 1996, p. 116-117). O primeiro estaria relacionado à repetição, refletindo as “frações da cotidianidade”, mas “não significa a democratização no (do) espaço: esse espaço é fortemente centralizado e segregado” (Oseki, 1996, p. 109). O espaço “quebrado” onde os fragmentos se apresentam como a consolidação da mercadoria, é o retalhamento da terra para facilitar o consumo. A hierarquização está associada à divisão de classes sociais, onde o preço da terra define seus ocupantes ou usuários.

Fugindo um pouco do peso do viés econômico, enfocando aspectos relativos à socialização, ao movimento do encontro na dimensão do cotidiano. O lugar das relações sociais, apesar das influências da posição econômica dos usuários, pode determinar divisões espaciais não ligadas, necessariamente, à localização da habitação. A separação, nesse caso, é demarcada pela apropriação do espa-

ço, entretanto, os limites podem ser abstratos. Por mais que se reconheça a supremacia dos fatores não referenciados na estratificação socioeconômica, frequentemente, isso é denunciado em nuances pouco explícitas. Assim, a fragmentação passa a ser acompanhada pela segregação. Existem pedaços na cidade, públicos e privados, que apresentam forte pressão segregatória, mas, geralmente, não declarada. Sem aprofundar essa discussão sobre o sentido da segregação, vale destacar que parece ser na vida cotidiana a denuncia da homogeneidade e da hierarquização do espaço urbano pode ser visto diferentemente.

A Escola de Chicago, no início do século XX, representada, nesse caso, pelo sociólogo Robert Ezra Park, também identificou “pedaços” diferenciados, a que chamou de “áreas naturais” que acomodaria grupos, cujos componentes escolheram a localização por alguma afinidade: racial, de origem, de profissão, etc. A lógica positivista dos estudos sociológicos da ecologia humana desenvolvidos por esses pesquisadores é inegável. O excesso de utilização de conceitos biológicos para explicar os processos e a estrutura urbana foi amplamente criticado.

É interessante demarcar que os vários olhares apresentados estão calcados em diferentes concepções, mas que derivam da mesma modernidade, ou seja, marcado por uma forma muito racional de compreender a cidade.

A crise da modernidade tem impulsionado a reflexão sobre as formas de ver a fragmentação urbana, pois o absoluto parece não existir, ou seja, o espaço não existe independente do observador. É, assim, muito importante avançar as idéias sobre outros patamares que, de certa maneira, desconstroem, sem eliminar, as obras da modernidade sobre o espaço urbano.

Essa compreensão de mundo leva a considerar a cidade “obra do homem”, mas também “o homem que se transforma em sua criação”. Dessa forma, não há como distanciar do objeto por que este é o próprio observador-homem. A fragmentação toma outra dimensão, pois a dicotomia moderna dá lugar ao reconhecimento de si como um ser uno. A natureza revela a complexidade de um universo que não que faz em partes.

As diferenças se fundem sem se tornarem iguais, formando um corpo que mantém a identidade, mas sem se destacar do conteúdo em que se estabelece, porque a parte é o todo. Além disso, demonstra que a conformação é efêmera, pois está sujeita a ininterruptos movimentos que fazem e refazem espaços. Isso demonstra que a dinâmica da vida não imobiliza o espaço, mantendo a produção de si.

Os movimentos da cidade definem uma produção de espaços que, por sua vez, definem movimentos impulsionadores na formação de espaços, novos ou não. A continuidade desse processo é garantida pela própria produção. Assim, como uma máquina autopoietica, definida por Maturana (1997), a cidade é produto de uma contínua produção interna. Para que exista o movimento permanente da cidade, a própria cidade reproduz as condições para a produção das relações de uso da terra.

Os fragmentos da cidade, assim como os componentes dessa máquina, se recompõem continuamente. Cada parte, na suas relações internas e na relação com os outros componentes, produz a si próprios. Assim, se realiza a produção e o produto na mesma realidade, o espaço urbano. No processo de produção, os componentes que fazem o movimento são produzidos pelo mesmo movimento

num tempo anterior, pode ser modificado e “novos” produtos entram em antigos e novos movimentos. Podem, também, no mesmo processo, apenas reforçar os fragmentos existentes, mas que, dificilmente, serão os mesmos. “O ser e o fazer de uma unidade autopoietica são inseparáveis, e esse constitui seu modo específico de organização” (Maturana, 1997, p.89). Isso não se refere tanto às partes resultantes da fragmentação como à cidade como um todo.

A cidade por si não se divide e nem interrompe nenhum movimento, pois esses são a própria cidade. Os pedestres, os veículos, as mercadorias, as relações sociais, o capital, todos existem apenas em movimento. Transitam entre fragmentos, promovendo diálogos, dissolvendo limites. Os limites e as fronteiras representam transições na paisagem, onde em um continuo movimento um fator se revela mais que outro. O limite e a fronteira não passam de uma membrana que não é rígida, tampouco sólida, apenas insinua os “pedaços” da cidade, permitindo sua individualidade e ao mesmo tempo a capacidade da interação dos fluxos de movimentos. Essa membrana é um produto das relações entre os componentes da cidade. Essa membrana não limita apenas a rede de interações que produziu os componentes da cidade, mas participa dessa rede.

Por um lado, podemos ver uma rede de transformações dinâmicas que produz seus próprios componentes e que é a condição de possibilidade da fronteira, por outro, vemos uma fronteira que é a condição de possibilidade para a operação da rede de transformações que a produziu como unidade. (Maturana, 1997, p. 85).

A dinâmica e a fronteira não são processos sequenciais, mas como diz Maturana, são aspectos de um fenômeno unitário. “Não é que primeiro haja a

fronteira, depois a dinâmica, depois a fronteira, e assim por diante. Falamos de um tipo de fenômeno em que a possibilidade de distinguir algo do todo depende da integridade dos processos que o possibilitam” (Maturana, 1997, p.87).

A cidade retalhada não passa de uma abstração do conhecimento do espaço e uma ilusão de um conceito estabelecido pelo observador. Há uma ordem que assegura a conformação do espaço que, aparentemente fragmentado, pode apresentar uma permeabilidade que caracteriza uma continuidade. As trocas, os movimentos, muitas vezes imateriais, parecem denunciar, simultaneamente, a semelhança e a diferença dos retalhos do espaço urbano.

Assim, esse desenho se realiza através do olhar do observador. O olhar não é objetivo, imparcial, mas construído sobre a experiência de cada um. Mil ou um milhão de cidades se erguem diante dos olhares ávidos dos cidadãos, na aventura cotidiana de viver a cidade. O observador desse espaço percorre a paisagem procurando algo onde seu olhar se fixe estabelecendo os limites. Mas, ao se aproximar, esses limites se desfazem, são incorporados ao interior do fragmento e outros limites são buscados, e novamente se vão. Não há limites? “O limite é, pois, um conceito inventado para dar significado às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de diversas maneiras” (Hissa, 2002, p.21).

Elementos considerados estáticos como a ocupação do solo - as edificações, os muros, as ruas – traduzem a precisão dos movimentos representada em nuances deladoras dos processos em curso: a mudança da renda da população, as transformações dos usos, a atuação do mercado imobiliário, os interesses do Estado. Esse fato comprova que o espaço, como produto social, não é, simples-

mente, receptor das ações de um grupo, mas está imerso e, completamente, integrado, o espaço faz a sociedade, assim com é feito por ela, não sendo possível uma separação na construção e na vivência desse espaço.

A ocupação do solo parece ser a mais eficiente informante dos movimentos, inclusive, daqueles historicamente registrados. A trama traçada pelos fluxos se faz, assim, no tempo e no espaço. Os fragmentos se compõem em inconstantes partes internas, que ora se fazem fortes ora as fragilidades lhes consomem. Tênuos núcleos, por vezes de impossível reconhecimento, apresentam características que podem ser a classificados como fatores diferenciadores que identificam o pedaço. A partir desse percebe-se outras conformações que, aos poucos, podem assumir alguns aspectos que se encontra nos fragmentos vizinhos. Seria como um diálogo das formas que acontece, mesmo entre partes com vidas autônomas e em tempos diversos. No momento seguinte, ocorre, lentamente, a insurgência das diferenças que redesenham o mesmo espaço assumindo outros movimentos, rasgando a trama para outras possibilidades.

### **O PLANEJAMENTO URBANO: BASES DO EQUÍVOCO**

A definição de planejamento pode assumir as nuances do meio em que a experiência ocorre. Como um camaleão, ele traz para si as intenções dos agentes que se envolvem no processo. Contudo, se observa frequentemente, a forte presença da noção de “organização”. O que se deve pontuar é a forma como essa “ordem” é empregada: como algo independente, absoluta, inquestionável. Essa autonomia cria uma mistificação do planejamento, como única verdade, como “um monstro sagrado” (Ferreira, 1988, p.15). Esse rigor se deve, prova-

velmente, às origens do planejamento, com o predomínio do pensamento moderno.

Essa essência é facilmente encontrada nas definições de planejamento. Para exemplificar, se podem eleger algumas delas. Segundo Ab'Saber (apud Hissa, 2002, p.230), planejar “significa encontrar diretrizes para corrigir os espaços mal organizados e improdutivos [...] Significa encontrar fórmulas para um desenvolvimento regional harmônico”. É possível se fazer várias indagações desconcertantes que minam a aparente certeza:

- O que consiste “corrigir os espaços?” Em que sentido isso seria realizado? Quais são os favorecidos?
- O que são “espaços mal organizados e improdutivos?” Qual é a referência de organização? Improdutivos para que ou para quem?
- “Desenvolvimento harmônico”, para quem?

Nessa mesma linha, Santos (2004) dá o sinônimo de planejamento: “ordenamento do espaço”. Novamente, a “ordem” vem como fator determinante, no caso, para viabilizar uma vida em coletividade: “a organização do espaço sempre foi uma premissa para grupos de pessoas que se propõem a viver em estado gregário, sob objetivos e normas comuns” (Santos, 2004, p. 16). Mas, a mesma “organização do espaço” serve para todos? Então, sem planejamento, as cidades, por exemplo, não existiriam?

Merece destaque uma interessante tentativa de explicação de planejamento para compreensão de todos, afirmando, simplesmente, ser esse “o contrário de improvisação” (Ferreira, 1988, p. 15). Parte-se do princípio que quando se tem

um objetivo comum a várias pessoas e pretende-se, de fato, alcançá-lo, o improvisado deve ser evitado. Segundo Ferreira (1988, p. 16) é preciso “compatibilizar um conjunto diversificado de ações, de maneira a que seus resultados se combinassem levando à realização de objetivo comum”. Alerta, ainda, para a importância de acompanhar e rever todo o procedimento, quando necessário. A intenção é mostrar o planejamento como processo contínuo que envolve a concepção – pensar - e a ação – fazer, contrapondo ao que preconiza o planejamento tradicional ao manter o objeto à distância, dicotomias defendidas pela ciência moderna.

Como se constata são questões que se conformam de acordo com concepções diferenciadas. Como alerta Hissa (2002, p.231) “planejar pode significar criação de normas, estilos e de comportamentos padronizados e indesejáveis” ou “pode implicar a produção de limites à criatividade” ou, ainda, estar relacionado com a elaboração de planos “para legitimar posturas democráticas, mas também demagógicas ou populistas”. Não há garantia de resultado perfeito e desejado, simplesmente, porque houve uma condução controlada por um planejamento.

No Brasil, essa mistificação está muito difundida nos discursos políticos dos que detém o poder. Todavia, quando a ação se efetiva, geralmente, está longe da intenção de estabelecer procedimentos que otimizem a atuação do poder público ou a concretização de um objetivo. Maricato citando Villaça aponta que “o ‘plano discurso’ cumpre um papel ideológico e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos” (Maricato, 2000, p.124).

Não se pode negar o potencial de convencimento do planejamento, pois é

admirável que a população, de modo geral, também assuma a ilusão do planejamento como solução. À semelhança da fala extremamente técnica do médico que descreve uma doença, o planejador cria cenários imaginários entorpecendo quem ouve. As perspectivas da solução parecem factíveis e reproduzem o que é posto pelo pensamento hegemônico como positivo para todos: funcionalidade, higiene e beleza. Não se está falando do urbanismo conservador do século XIX, como se pode, em princípio, parecer, mas do planejamento do século XXI.

A ciência moderna alimenta esse tipo de relação de poder: pelo saber, pela linguagem especializada. Sente-se a necessidade de demarcar as posições no jogo do poder: deter a informação para melhor controlar. Reforça-se a idéia colocada no primeiro parágrafo desse texto quando Ferreira (1988) define o planejamento como o “monstro sagrado”, construído sobre falsos pilares de conhecimento, formas equivocadas de tecnologia. Santos (2002, p. 55) adverte: “A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado”. Mas o planejador-cientista não entende dessa forma e continua acreditando que o saber não científico não contribui, pois não capacita o olhar sobre as questões com toda sua complexidade. Ele não percebe que, como aponta Santos, só muda o adjetivo que acompanha a ignorância.

Assim, o planejamento entra em seu castelo pela comunicação especializada. Esse movimento é reforçado pelo distanciamento do objeto. São faces da mesma moeda, pois, afinal, o objeto do planejamento urbano é o espaço do homem, o “cidadão ignorante”. Então, quando se afasta do conhecimento do homem, se afasta, também, do espaço. Estaria tudo sob o mesmo princípio da

ciência moderna: o rigor do método acompanhado da neutralidade do cientista. A crença da existência de uma verdade única e absoluta leva o cientista a se lançar nessa aventura da busca de um caminho para alcançá-la. A razão lógica presta-se ao serviço de dar o suporte nessa empreitada. Esse afastamento não significa, obviamente, ignorar o objeto, mas dividi-lo em partes, classificá-las e abstrair aquelas que têm características não padronizáveis. A relação entre elas é estabelecida apenas quando se conforma um encaixe rigorosamente comprovado. O reducionismo da realidade permite a distorção à medida que se insere em um contexto tendencioso. Esse fato no planejamento é facilmente desenvolvido, pois o ambiente é propício a manipulações diante dos interesses que articulam as ações. Mais uma vez, se contribui o “plano discurso”, dando sustentação aos possíveis argumentos. Fala-se, mas não se faz ou faz dentro dos interesses das forças que dominam.

Essa forma de intervenção manipulada da realidade utilizando o conhecimento científico foi muito utilizada nas reformas urbanas das cidades européias do século XIX. Como citado acima, os princípios burgueses da beleza e limpeza embutidos em um discurso escrito sobre as diretrizes higienistas justificaram, com eficiência, a ação segregativa do Estado de transformar os antigos centros das cidades da Europa e do Brasil, de forma a valorizá-los e, conseqüentemente, expulsando os pobres desses locais. A intenção exposta é o combate às doenças que, em alguns casos, já se conformavam em epidemias; a intenção imposta é fornecer condição para a plena expansão do capital industrial.

Mesmo onde ainda não havia enfermidades, as propostas desse urbanismo conservador sustentaram a concepção de novos núcleos urbanos, como na cri-

ação de Belo Horizonte. Nesse caso, à noção estética e higiênica juntava-se à vontade da modernização.

Algumas décadas depois, o urbanismo dos arquitetos, descrito na Carta de Atenas, acrescentava ao discurso do planejamento urbano à sedutora idéia de se construir belos, limpos e organizados lugares que fariam da cidade uma perfeita máquina, onde as funções urbanas de desenvolveriam na mais harmonia. Os conflitos de uso estariam assim resolvidos. Para tal, outras propostas foram sendo mostradas como, por exemplo, a divisão das cidades em zonas, com predominância ou exclusividade de determinadas formas de uso. Todas essas possibilidades, baseadas, sobretudo, no positivismo, além de prometerem o paraíso, levavam à segregação espacial.

Reforçado pelo neopositivismo do pós-guerra, o planejamento urbano da segunda metade do século XX se torna ainda mais próximo dos preceitos da ciência moderna. A roupagem técnica é munida de avanços da informática e a idéia de retalhamento da realidade se torna cada vez mais aprimorada. Ao contrário das propostas anteriormente citadas, as novas proposições se caracterizavam pela busca de um conhecimento profundo do espaço. Isso, entretanto, não significava o fim da dicotomia objeto/sujeito. As “análises” extremamente técnicas e o não envolvimento com o lugar, inclusive, com as pessoas que viviam esses espaços revelavam que as bases não se alteraram, apesar dos procedimentos.

O planejamento se reduzia, geralmente, a planos urbanos associados a leis, que apresentavam o conhecimento da realidade por meio de estudos, denominados “diagnósticos”. Esses eram elaborados de forma compartimentada e fragmentada, “análises” extremamente técnicas tratavam cada setor (transporte,

habitação, saneamento, etc), separadamente, sem o envolvimento da população. A especialização dentro da academia aumentava o afastamento entre as disciplinas e promovia a dificuldade de diálogo entre os profissionais e o “resto do mundo”, e até mesmo entre estes. O isolamento do planejador intensificava a ilusão de se chegar à verdade única, à cidade ideal.

E, além disso, em muitas situações, os diagnósticos não cumprem o papel que lhes cabe: encaminhar soluções para os problemas constatados, atuar como ganchos, como elo entre a “realidade” e a “intervenção na realidade”. Assim, transformam-se em peças soltas, desconectadas, facilmente descartadas. (Hissa, 2002, p.231-232)

No Brasil, essa prática se tornou muito comum nas últimas décadas do século XX, a partir do regime militar quando o trabalho técnico tem papel importante na defesa dos interesses do poder público.

Todavia, mesmo que mudanças tenham ocorrido na gestão pública e na produção acadêmica, muitos princípios do chamado “planejamento tecnicista” ainda estão arraigados no planejamento atual. A participação e a gestão democrática foram, de modo geral, incorporadas apenas ao discurso. Parecia que a adoção dessas propostas seria uma garantia para a transformação do planejamento, entretanto, tem se mostrado um equívoco. Não cabe aqui discorrer sobre os motivos que impedem a efetiva superação do planejamento tradicional, mas é necessário demarcar os pontos que afetam à questão desenvolvida pelo presente artigo.

A tendência de fazer do planejamento urbano uma simples confecção de

leis, permanece. Mesmo que se possa constatar uma “boa intenção” ao exigir a elaboração de planos diretores, o diagnóstico ainda se apresenta por setor ou função urbana, apesar do diálogo entre as partes ter se tornando mais fluído. A divisão segue, normalmente, o organograma das prefeituras, talvez por facilidade de trânsito das informações e da aplicação dos instrumentos em questão.

### **A FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE NO PLANEJAMENTO**

O olhar viciado pela fragmentação se estende, também, à análise da dimensão territorial da cidade. No exercício do planejamento urbano, principalmente nas cidades grandes, sempre se tentou criar unidades territoriais, definidas por critérios variados. O que muda nas experiências mais recentes são os fatores que devem ser incorporados no estabelecimento dos limites ou na relevância do conteúdo: manchas de zoneamento, unidades de planejamento de transporte, de tráfego ou de coleta de lixo. Estas, por vezes, são utilizadas também para se fazer à gestão das cidades: regiões administrativas (subprefeituras); áreas de abrangência de órgãos de obras ou de manutenção, etc.

A busca pela divisão espacial conduz à necessidade de estabelecer limites. O rigor torna-se quase inevitável quando a legislação ou a ação do planejamento prescreve mudanças de tratamento entre uma parte e outra. É uma procura pouco cuidadosa de fins e recomeços, pois, geralmente, não se tem à disposição de refletir sobre esses limites. A decisão do procedimento – a linha divisória – é aleatória e pouco precisa. Tornam-se, por vezes, um incômodo para o planejador ou gestor, configurando-se um lugar de desencontros.

Recorre-se, invariavelmente, ao uso da estatística, indicadores, números que

possam servir de justificativas para o ato, que se coloca como imprescindível. Ou seja, isso se torna tão relevante em si, que pouco se avalia sua existência. O planejador se coloca na posição de um observador capacitado, acima de qualquer saber, para, à distância, retalhar o espaço, extraí-lo, estudá-lo, tratar os problemas definidos por ele e devolvê-lo organizado, belo e limpo. “As coisas não são objetos de contemplação de um observador soberano, cujo olhar varreria todo o horizonte” (Peixoto *apud* Hissa, 2002, p.21). Mas é como um “soberano” que o planejador, geralmente, age em sua prática.

As tentativas de superar a rigidez racional ciência moderna também são registradas. Faz parte dessas a proposta de definir unidades espaciais focada na subjetividade da vida cotidiana, como a identidade ou a percepção dos usuários. Ao contextualizar e entendendo a história como força propulsora das transformações, esbarra-se na evolução da ocupação urbana, que pode incluir a trajetória dos movimentos sociais ou da vida dos moradores. À medida que se pretende aperfeiçoar essas unidades mais se aprimoram os procedimentos e com maior número de variáveis se trabalha. A intenção é frequentemente, alcançar um desenho que consiga responder a várias dimensões do planejamento e gestão, caindo, mais uma vez, na idealização de um método. O risco das distorções é grande ao se pretender consolidar uma única proposta de divisão. Independente das condicionantes a serem consideradas e sem julgar a natureza desses, o resultado é a definição de limites que atravessam o território urbano, retalhando-o de forma inconsistente, leviana.

Constata-se uma incessante tentativa de artificializar a realidade, talvez numa intenção de controlar a utilização do espaço urbano. Talvez nesse ponto se en-

contra a dificuldade de pensar diferente, pois a ameaça da desordem pode desestruturar o exercício pleno do poder. Os limites bem definidos num mosaico que assegure o domínio da compreensão é um ambiente muito mais confortável para administrar a diversidade. No entanto, o quadro é falso, o desenho é efêmero, pois o autor, o homem, por mais que o pensamento moderno tenha moldado suas ações, traz, na sua essência, um pulsar contraditório, ilimitado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. R. ; MALHEIROS, T.M.; SILVA, D.M.; BASTOS, A.C.S. (2004) *Política e Planejamento Ambiental*. Rio de Janeiro: Thex Editôra, 480p.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar ou o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (2000) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 192p.
- CORREA, R. L. (1995) *O espaço urbano*. 3.ed. São Paulo: Ática, 94p.
- FERREIRA, F.W. (1979) *Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 158p.
- HISSA, C.E.V. (2002) *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 322p.
- MATURANA, H.; VARELA, F. (1995) *A árvore do conhecimento - as bases biológicas do conhecimento humano*. Campinas: Ed. Psy, 288p.
- MATURANA, H.; VARELA, F. (1997) *De máquinas e seres vivos. Autopoiese, a Organização do Vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 138p.
- OSEKI, J.H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza. (1996) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, 109-120p.
- SANTOS, B.S. (2002) *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 59p.

SANTOS, R.F. (2004) *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 184p.